

# Comissão aprova orçamento sem ler

*Ribamar Oliveira*

BRASÍLIA — Na madrugada de ontem, em meio a uma longa e exaustiva reunião da Comissão Mista de Orçamento do Congresso, o deputado João Carlos Barcelar (PMDB-BA) despertou para uma questão crucial: "Esse assunto é de grande magnitude e não podemos votá-lo assim no escuro". O deputado se referia à proposta de Orçamento da União para 1991, um documento que acentua a retomada das prerrogativas do Congresso Nacional nos assuntos financeiros do Executivo. O alerta de Barcelar foi imediatamente apoiado pelo deputado César Maia (PDT-RJ): "O que nos apresentaram foi apenas o relatório geral sobre o orçamento, mas não sabemos como ficou o texto do projeto de lei e nem quais as emendas que foram aprovadas". As deputadas Irma Passoni (PT-SP) e Maria de Lourdes Abadia (PSDB-DF) bateram na mesma tecla. E a sessão foi suspensa por meia hora.

Ao retornarem, o deputado Genebaldo Correa fez uma proposta conciliatória: "Se o relator reconhece que os textos dos 56 relatórios setoriais foram absorvidos no seu texto, então podemos aprová-lo". O relator João Alves (PFL-BA) não se fez de rogado: "Conversei com todos os relatores e acertamos tudo com relação as emendas propostas". Dirigiu-se à deputada Irma Passoni: "Não acertamos tudo, deputada?". Irma Passoni reagiu: "O senhor não acertou comigo, mas com a área de Ciência e Tecnologia (setor do qual a deputada tinha sido relatora). O relatório geral terminou sendo aprovado "em voto de confiança" pela Comissão. Individualmente, os relatores tinham consciência das emendas em suas áreas, mas a rigor ninguém tinha um conhecimento global do

que tinha sido aprovado, das modificações introduzidas e dos cortes realizados.

Mesmo os grandes números do orçamento não eram do conhecimento dos parlamentares até o início da noite de ontem. Muitos deles faziam contas na ponta do lápis para estimar em quanto as receitas e despesas foram limitadas. O número mais aproximado a que se chegou era de Cr\$ 52,8 trilhões, a preços de dezembro de 1991. Mas até o início da noite de ontem não era possível sequer fazer estimativas sobre o valor do Orçamento Fiscal e do Orçamento de Seguridade Social, porque os textos definitivos não tinham sido ainda liberados pelo Prodasen, o órgão do Senado encarregado de processar os dados referentes ao Orçamento. Por todos esses problemas, até o início da noite de ontem, o texto do Orçamento da União para 1991 não estava pronto para ser submetido ao plenário do Congresso Nacional.

**Mágico** — Existe um número mágico, que dimensiona o montante de recursos que foi introduzido no orçamento por conta das emendas aprovadas pelos parlamentares: Cr\$ 49 bilhões (a preços de maio deste ano) ou Cr\$ 274,4 bilhões a preços de 1991. "São quase dois bilhões de dólares que a gente não sabe muito bem para onde está indo", diz o deputado César Maia. Mas o deputado João Alves, no seu relatório, garante que os recursos "foram utilizados na adequação e sistematização dos relatórios parciais, considerando que quase todos ultrapassaram os limites previstos no Relatório Preliminar". Essa linguagem cifrada do relator significa que os Cr\$ 49 bilhões foram distribuídos pelas emendas apresentadas de acordo com critérios isolados, que não permitem uma avaliação global do destino dos recursos.

O presidente da Comissão de Orçamento, de-

putado Cid Carvalho, vinha desde a última quarta-feira insistindo na tese de que se os trabalhos da Comissão não fossem encerrados naquele dia, a proposta orçamentária enviada pelo governo iria a plenário para votação e, neste caso, sem as emendas apresentadas pelos parlamentares. Ou seja, o orçamento ficaria da mesma forma como foi encaminhado pelo Executivo. O problema do presidente da Comissão é o prazo fatal de hoje para que o Orçamento seja votado pelo Congresso ainda na atual legislatura.

Além da lentidão do Congresso Nacional que deixou para os últimos minutos, antes de seu receso, a votação do Orçamento, o Prodasen, encarregado de processar os textos finais em disquete de computador, também não ajudou. O texto do projeto de lei e os textos de todos os relatórios setoriais, com as respectivas emendas, não tinham sido concluídos até as 18 horas de ontem.

Diante de todos esses transtornos, o relatório final sobre o orçamento foi aprovado pela Comissão Mista do Congresso Nacional com um erro no cálculo da inflação que corrigirá as dotações orçamentárias mês a mês no próximo ano. Para corrigir os valores de maio a dezembro deste ano, o relatório final considerou levou em conta, equivocadamente, a inflação de abril, como apontou o deputado César Maia. O correto, segundo a legislação, teria sido considerar a inflação a partir do mês de maio. Quando o erro foi descoberto na madrugada de ontem, já não dava tempo de corrigir todos os textos que estavam sendo processados no Prodasen. O resultado foi que a inflação que corrigiria o orçamento em 1991 foi estimada em 243% e não em 218 % como estava previsto no projeto inicial do próprio Congresso Nacional. Mas tudo ficou por isso mesmo.